

COMPREENSÃO DOS CONCEITOS DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Antonio José Esmeraldo¹ (UFC)
ajesmeraldo@uol.com.br

GT 15 – Avaliação Educacional

O presente texto procura analisar os conceitos de avaliação como elemento constitutivo do processo ensino-aprendizagem propostos por vários teóricos. Apresentar a proposta de avaliação defendida por McDonald, que precisa ser conhecida e aplicada nos estabelecimentos de ensino desde a educação básica a educação superior.

Atualmente, as escolas superiores vêm passando por um processo de avaliação, que já conta com uma aceitação significativa nos meios acadêmicos. Mas, o que se percebe é que continua sendo um trabalho de pouco conhecimento e baixa produção. Talvez isso se deva ao fato de que professores e alunos, necessariamente, dependem da avaliação das suas atividades acadêmicas. Mas o que se verifica, conforme Lüdke e Salles, é que *poucos dentre eles se dispõem a parar para refletir, analisar, estudar e se preparar de maneira específica para enfrentar os problemas envolvidos na avaliação do processo de ensino/aprendizagem* (MAGER:1976; p. 169).

Considerando que o problema da avaliação do rendimento dos alunos, nas diversas disciplinas desde o ensino fundamental até o ensino superior, constitui motivo de repetência e evasão, sobretudo nas disciplinas exatas, - Física, Química e Matemática - é que se pretende, agora, refletir um pouco sobre o conceito da avaliação educacional. (...) *É evidente que o fracasso escolar, a evasão e a repetência estão relacionados com a utilização de modelos inadequados, parciais e fragmentados de avaliação* (TURRA:1988 p.23). Segundo Jussara Hoffmann,

O desafio é muito grande no que se refere à formação de professores para o ensino fundamental, considerando-se os índices assustadores do fracasso escolar e evasão nas escolas públicas decorrentes, em grande parte, de tais práticas avaliativas secularmente instituídas. A superficialidade dos estudos na área de avaliação, em cursos de magistério e licenciatura, tende a ser um fator muito sério pelo seu reflexo na escola de 1º e 2º graus, uma vez que a prática avaliativa é um fenômeno com características fortemente reprodutivistas (...) (HOFFMAM:1998; p.65).

Quanto a esse aspecto, o Seminário Nacional de Medidas Educacionais promovido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais), realizado em Brasília em junho de 1992, despertou a atenção dos participantes em relação à ausência de pessoas jovens. Conforme Barreto, (...) *a conclusão a que se chegou foi que está havendo um descaso na formação de profissionais no setor de avaliação educacional* (BARRETO 1993; p. ,49).

O citado autor menciona um aspecto da avaliação, o fato de ter sido considerado como mito; uma coisa simples, fácil, corriqueira que não precisa de preparação. Talvez, em razão dessa perspectiva, a realidade da educação brasileira vem registrando altos índices de repetência e evasão. Machado insiste em que,

¹ Prof. do Departamento de Educação da URCA e Doutorando em Educação –UFC.

(...) na verdade, grande parte da responsabilidade pelas altas taxas de repetência e conseqüente evasão, resulta de uma concepção inadequada sobre o significado do conhecimento e a caracterização dos processos de avaliação. Trata-se, portanto, de um gravíssimo problema de natureza eminentemente pedagógica, sobre a qual, muitas vezes, é bastante difícil dialogar, mesmo com professores. Uma associação muito forte entre aprovação automática e falta de seriedade parece amplamente hegemônica, enevoando qualquer discussão que se entabule (MACHADO:1991; p. 292).

Para McDonald, essas duas palavras exigem um maior tratamento. E esse mesmo autor apresentou em uma de suas teses, em 1987, uma vasta coletânea de motivos que justificam a evasão e a repetência escolar como conseqüência da avaliação.

Inicialmente, na sua argumentação, aplica uma crítica direta aos professores que são preocupados demasiadamente em medir. Esses deixam em segundo plano, conforme o autor citado, a sua importante e principal função que é ensinar. Assim se expressa:

(...) em primeiro lugar os fanáticos pela avaliação e medida têm que ser criticados. Estes são os professores mais interessados em verificar, do que ensinar. É profundamente lamentável a atitude ridícula e absurda de reprovar alunos por frações de grau.(...) No processo da aprendizagem é impossível medir com tanta precisão(...) (MACDONALD:1987; p. ,42).

Depois dessa advertência aos professores *medidores*, McDonald discorre sobre mais de vintes fatores intervenientes do processo de avaliação, ensino-aprendizagem, que, conseqüentemente, provocam a evasão e a repetência. Eis algumas das causas abalizadas por ele:

(...) médias demasiadamente altas, como por exemplo a média 7 numa escala de 10 pontos; avaliação feita através de uma prova única; a ausência de critérios bem definidos; o uso de conceitos estigmatizantes; o uso de medidas com referência a normas em lugar de medidas com referência a critérios; a influência de preconceitos por parte do professor que influenciaram a avaliação como por exemplo: comportamento, caligrafia, estética, conhecimento pessoal, político, religioso etc. Há também o problema da elaboração não científica das provas e dos testes (MCDONALD:1987; pp. 42-63).

Ao leitor recomenda-se uma leitura pormenorizada desses motivos ora relacionados. Sendo educador em formação ou em pleno exercício profissional, possa ele fazer uma reflexão da sua praxes de avaliação educacional escolar e acadêmica.

McDonald, depois de comentar sobre os fatores que colocam a avaliação do processo de ensino-aprendizagem no banco dos réus, apresenta *uma proposta de avaliação alternativa*.

Essa alternativa de avaliação constituiu a escala de avaliação que foi elaborada pelo Professor Doutor Leonel Correia Pinto, da Universidade Federal do Ceará. A esse respeito, diz McDonald, que: *A escala é conhecida aqui no Brasil como **A Escala Natural de Avaliação da Aprendizagem Humana** e, em algumas universidades da Europa como **The Pinto Scale**.*

O Prof. Pinto parte da premissa que qualquer que seja o nível da aprendizagem humana que esteja se efetuando, é possível captar a direção e a intensidade do processo em desenvolvimento. Combinando direção e intensidade teremos, segundo Pinto, uma escala natural de cinco siglas, as quais o processo poderá percorrer: NO – B – MB – QA – AUT (45: p.64).

E, continuando, apresenta a legenda das siglas:
NO – Aprendizagem Não Observável: aqui supõe o sentido e a intensidade.
BO – Aprendizagem Boa: verifica-se um salto qualitativo e quantitativo;
MB – Aprendizagem Muito Boa: predomina a intensidade;
QA – Aprendizagem Quase Autônoma. Verifica-se a direção e intensidade;
AUT- Aprendizagem Autônoma: encontra-se o processo amadurecido
(MCDONALD:1987; p. 64-65).

McDonald, depois de apresentar o significado das siglas da Escala Natural, de explicar as hipóteses com fundamentações psicofilosóficas e de uma extensa e profunda apresentação dos vários motivos em favor da prática de avaliação com a Escala Natural, conclui dizendo:

(...) por estes motivos acreditamos que a Escala Natural, merece ser estudada seriamente por todas as pessoas que usem o título de educador ou professor, e das pessoas ligadas profissionalmente ao ensino. Os professores que participaram em nossas pesquisas e experiências com a Escala Natural são unânimes em afirmar que a Escala deve ser adotada quanto antes, nos colégios escolas do Estado, para o desenvolvimento e bem-estar da nova geração Brasileira. Este autor gostaria de vê-la usada, também porque, além dos muitos outros benefícios que seu uso nos traz, há o fato indiscutível, que esta Escala reduz consideravelmente o elevado número de repetência e evasões, ocorrendo atualmente, nas escolas do Estado
(MCDONALD:1987; p. 100).

Luckesi in Stopassoli sentencia: *(,,,) uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar a repetência e esta tem como conseqüência a evasão. Por isso uma avaliação realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino* (STOPASSOLI:1997; p. 13).

Os estudiosos da avaliação do processo de ensino-aprendizagem apresentam diversas concepções onde se pode verificar a presença de fatores semelhantes. Destacam que a avaliação só se volta para o desempenho do aluno, sem levar em consideração os outros componentes do processo ensino-aprendizagem, que o influenciam direta e indiretamente. Cada setor que se envolve com o processo ensino-aprendizagem deve passar por um processo de avaliação, para saber até que ponto está influenciando positivamente no referido processo.

Avaliação e medidas são termos singulares. A palavra avaliação, conforme sua etimologia significa estimar um valor. E o termo medida se refere a objetividade e precisão. É impossível conceber o processo educativo sem considerar o aspecto da avaliação. Pode-se dizer ainda mais que, ao falar em avaliação, sempre se leva em consideração a educação, o ensino, aprendizagem ou mesmo qualquer procedimento que se faça para atingir um determinado objetivo. Mas, o que se verifica são professores processando a *sua avaliação* voltada somente para o resultado, não considerando, nas suas conclusões, julgamento final, a evolução do aluno na sua disciplina. Voltado somente para a avaliação classificatória, que se baseia somente na medida, somatório de escores, não faz uma diagnose e também não leva em consideração outros aspectos da conduta do aluno.

As provas, os testes, as medidas, fazem parte de um processo de avaliação; portanto, não devem ser considerados como únicos e exclusivos meios de se avaliar o aluno. Conforme Ilza M. Sant'ana, *(...) avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional* (..) (SANT'NA:1999; p. ,7).

Os profissionais da educação, nos seus exercícios de educadores, não podem prescindir da avaliação. Têm opiniões muito variadas e até mesmo antagônicas sobre o que venha a ser avaliar. Uns se colocam a favor e outros contra a aplicação da avaliação no processo de ensino aprendizagem. Os que se colocam na posição contrária à avaliação parecem desconhecer os processos da educação e do ensino. O raciocínio deles é o seguinte: se não sabemos realmente medir corretamente, para que medir? Os que são a favor da avaliação na educação, dentro da sala de aula, justificam a sua importância como um mecanismo construtivo que facilita a motivação e a criatividade. Os avessos à avaliação consideram como um fator de inibição da espontaneidade. Esta cria uma tensão inibindo assim a criatividade. Basta falar em avaliação que qualquer pessoa se sentirá como que ameaçada.

Quanto a esse aspecto, segundo Barreto, mesmo com as polêmicas, *pode-se postular uma definição de avaliação que possibilite um grau maior de concordância entre os estudiosos do assunto*. E diz ainda que Popham apresentou uma opção que mais se aproxima da concordância desejada nos seguintes termos:

(...) embora venham ocorrendo algumas diferenças de opinião através dos anos, a maioria dos educadores concebe a avaliação educacional como operação no qual a qualidade de uma iniciativa educacional é julgada. Em outras palavras, para a maior parte dos educadores o termo avaliação significa o julgamento do valor de uma iniciativa educacional (BARRETO:1993; p. 46).

Perrenoud, em seu livro sobre avaliação, trata-a como estando entre duas lógicas: uma que se refere mais à linha pedagógica tradicional e a outra que trata da renovação global dessa pedagogia. Assim ele fala:

(...) avaliação tradicional, não satisfeita em criar fracasso, empobrece as aprendizagens e induz, nos professores, didáticas conservadoras e, nos alunos, estratégias utilitaristas. A avaliação formativa participa da renovação global da pedagogia, da centralização sobre o aprendiz, da mutação da profissão de professor: outrora dispensador de aulas e de lições, o professor se torna o criador de situações de aprendizagens “portadoras de sentido e de regulação”. As resistências não atingem, portanto, unicamente a salvaguarda das elites. Elas se situam cada vez mais no registro das práticas pedagógicas, do ofício de professor e do ofício de aluno (PERRENOUD:1999; p. 18).

A concepção da avaliação no processo educacional é tributária do conceito de educação.

Neste aspecto, a avaliação pode ser entendida, conforme a definição de Gardner, *como a obtenção de informações sobre as capacidades e potenciais dos indivíduos, com duplo sentido de proporcionar um feedback útil aos indivíduos e informações proveitosas para a comunidade circundante* (GARDNER:1994; p. 150).

A avaliação num sentido amplo leva em consideração todos os aspectos e atividades do educando, enquanto que a medida, de maneira limitada, só considera um aspecto da avaliação, o enquadramento do aluno em uma classificação. Faz-se necessário que os professores tomem consciência de que *nem tudo pode ser medido, mas pode ser avaliado* (SANTANA:1999; p.9).

Santana fala que, no I Simpósio Nacional sobre Avaliação Educacional, constatou a problemática principal da escola do 1º grau como sendo a repetência e não a evasão. O aluno é tido como o único responsável pelos seus maus resultados. É somente o aluno quem é

avaliado. O professor, o diretor, a escola e o sistema não eram avaliados. Somente o aluno é responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso. Sabe-se que muitos fatores podem influenciar no desenvolvimento afetivo e cognitivo do ser humano, fazendo com que seu comportamento seja adaptado em cada realidade, e a cada momento, pois, sendo somente o aluno avaliado, é notória, então, a falha no sistema de avaliação.

Mas, o que se observa atualmente é que, diante da preocupação dos órgãos oficiais com a qualidade na educação, pelo menos no discurso, é que está sendo desenvolvido um processo de avaliação institucional, para buscar alternativa de uma aprendizagem eficiente dos alunos e, conseqüentemente, de um excelente desempenho.

As diversas concepções sobre avaliação se confrontam por não chegarem a um acordo ou um consenso. Para que o professor saiba o que venha a ser avaliação no processo de ensino-aprendizagem, faz-se necessário que o mesmo tenha uma fundamentação filosófica sobre educação e avaliação. Para atribuir valor a uma atitude, a um comportamento, precisa-se muito que o observador, primeiramente, tenha consciência de si mesmo, das suas potencialidades e limites. E, no processo de ensino e aprendizagem, precisa saber por que e para que está avaliando o seu aluno. O ato de julgar alguém, ou seja, a sua atitude e a produção, sempre recebe influência do estado emocional de quem está a julgar. As disposições internas daquele que se põe a tecer algum juízo sempre influenciarão nas suas conclusões. Neste sentido, Jersild afirma: (...) *a autocompreensão e a auto-aceitação do professor constituem o requisito mais importante em todo esforço destinado a ajudar os alunos a compreenderem-se e forjar neles atitudes sadias de autoaceitação* (HOFFAMM:1998; p. 24), pois, é impossível ao avaliador ser neutro; daí é decorrente a importância de o professor-avaliador se envolver com o aluno, para melhor conhecê-lo e melhor ser a sua apreciação sobre o aluno. Dentre os vários conceitos desenvolvidos pelos educadores sobre avaliação, tomando a palavra de Barreto, pode-se dizer que: (...) *dentro do campo educacional, o conceito de avaliação tem gerado inúmeros debates e continua a ser fruto de muitas polêmicas* (BARETO:1993; p.46).

Se ainda não se chegou a um denominador comum sobre o conceito de avaliação entre os peritos no assunto, fica mais difícil, principalmente, para os professores que agora estão entrando na profissão do ensino. Novos paradigmas são apresentados, mas algo de tradicional se perpetua no conceito de avaliação.

Esse algo parece ser ranço do autoritarismo, que depende muito do amadurecimento e compromisso do profissional com o ato de educar. Aquele que se põe a educar, até os seus atos e atitudes são assimilados. Ensinar é próprio de qualquer ser humano, seja para o bem ou para o mal, conforme a concepção moral de determinada realidade cultural.

Mas o ato de educar para o bem está restrito a poucos, pois, segundo Saviani, a educação não se reduz ao ensino. Somente aqueles conscientes de que ainda não atingiram a competência ideal de conhecimento, qual seja, os referentes a *doxa, sofia e epistême*, mantêm-se nessa busca. E ao se sentir como projeto inacabado, o educador, por mais importante que seja a sua posição diante dos seus educandos, permanece numa postura de quem se interessa pelo progresso dos que por ele são educados (SAVIANI: p. 20-23).

O profissional da educação, para entender o que é educação, precisa saber e entender quem é o homem nas suas fases existenciais; para saber o que é avaliação, precisa saber e compreender o que é educação e, para saber o que é tudo isso, precisa se conhecer, se amar e se compreender.

Conforme Hoffmann, um dos grandes desafios atuais da educação está na formação e no aperfeiçoamento dos educadores em avaliação no seu campo específico, o educacional.

O desafio é justamente redimensionar essa formação, ultrapassando a análise histórica e a crítica ao processo classificatório – importante em termos de

compreensão da realidade --, e aprofundando estudos sobre concepções teóricas e metodológicas de uma avaliação contínua e qualitativa, em cursos de formação de professores, sem censura de discutir a complexa realidade educacional de nossas escolas (Hoffmann: p. 65).

Tem-se assistido a um duelo teórico entre as práticas da avaliação quantitativa e qualitativa. Quanto a isso, Vianna fala que: (...) *Stake encaminha uma discussão de uma forma elementar que a diferença entre avaliação quantitativa e qualitativa é de natureza epistemológica envolvendo as generalizações que os dois tipos de avaliação e/ou pesquisa podem proporcionar.* Acrescenta, dizendo que,

(...) as generalizações a que as avaliações quantitativas e qualitativas chegam não são as mesmas, ressalta Stake (1983a), considerando que possuem diferentes conceituações dos dados e de diferentes bases para validação e interpretação; por isso ,acreditamos que ambos os tipos de avaliação/pesquisa se completam para a estruturação de novos conhecimentos, a partir de um mesmo fenômeno visto por intermédio de ótica diferente (Vianna: p. 100-101).

A tendência atual, depois do confronto entre a avaliação quantitativa e qualitativa, é que o avaliador, hoje, deve levar em consideração no seu processo avaliativo os dois aspectos. Não se concebe a avaliação, atualmente, considerando somente um lado. Portanto, na formação dos novos educadores e nas reciclagens dos veteranos, as abordagens sobre avaliação tratam, de uma maneira geral, considerando alguns aspectos em vários sentidos.

Ao proporcionar aos novos professores uma educação com avaliação de qualidade, pensa-se em quantidade, no sentido de querer atender a um maior número de educandos.

Em razão da falta de um embasamento sólido na formação do educador-avaliador é que surgem os mitos da avaliação. Para que os mitos sejam extintos, faz-se necessário que nos cursos de licenciaturas haja uma fundamentação psicofilosófica dos processos ensino-aprendizagem e avaliativo. Com tal preocupação nos cursos de licenciaturas, pode-se superar ou ultrapassar os limites da superficialidade, até então registrados nos referidos cursos.

Quanto aos mitos, Hoffmann, em seu trabalho sobre os mitos nos 2º. e 3º. graus, apresenta cinco deles e acrescenta: Tais mitos perpetuados entre professores do 3º. grau dão origem a situações absurdas vividas por alunos e que hoje se constituem em verdadeiros anedotários nos meios universitários ou são encaminhados sob a forma de processos às comissões de carreira. Vários exemplos foram dados pelos professores, confirmando tais mitos (HOFFMANN:1998; p. 77).

Segundo Perrenoud, aos novos formandos, aos novos licenciados, aos novos professores de Matemática, faz-se necessário que, nas instituições formadoras, se instale, um currículo com fundamentações filosóficas sobre o homem, sua educação e avaliação, pois isso torna-se necessário porque existem professores mal formados e mal informados, indiferentes ao fracasso escolar e que jamais ouviram falar de avaliação(...) (PERRENOUD:1999; p. 81). O exercício da docência compete àqueles que procuram superar os limites atuais e, conseqüentemente, incentivam os alunos a irem em busca de conhecimento. Avaliar, neste sentido, deve ser entendido como um meio de promover o educando, e não como meio de inibi-lo ou domesticá-lo para estar a serviço de uma pessoa ou de um grupo.

Quando novos problemas são gerados, novas soluções surgem. Essas novas soluções deveriam ser buscadas por alunos e professores. A pessoa desenvolve as habilidades inteligíveis enfrentando os problemas e, de acordo com as suas condições, parte na busca de soluções.

Se aos alunos são levados problemas fictícios sem lhes serem dadas condições para resolvê-los, isto pode não provocar os interesses na busca de solução. Mas, se o problema for sentido pelo aluno como verdadeiro e que requer solução e ainda não há, tal situação leva o aluno a um estado de tensão na busca de solução. O aluno gosta de ser desafiado. O que o aluno não gosta de ser é menosprezado. O aluno, ao ser desafiado, parte para provar o contrário, mostrando de que é capaz. Se as instituições formadoras de educadores os preparam para enfrentar desafios, esses futuros formadores farão o mesmo com os seus futuros alunos. Caso aprendam de maneira reprodutiva, também farão com que os seus futuros formandos sejam copiadores em vez de serem criativos. Hoffmann acrescenta: (...) *o modelo que se instala em instituições formadoras é o que vem a ser seguido por esses alunos quando passam a exercer a docência. Assim temos, por exemplo, a reprodução de posturas “reprodutivas” por professores que fizeram cursos onde os índices de reprovação são bastante altos, como é o caso de algumas licenciaturas* (HOFFMANN:1998; p. 65-66).

É fato considerado pelos estudiosos da avaliação que o bom professor é aquele que consegue aprovar a maioria dos seus alunos; o ótimo professor é aquele que consegue aprovar todos os alunos. Todo e qualquer aluno tem potencial para ser aprovado. Como pode, então, um aluno que passou o ano todo lendo, estudando, acertando e errando, chegar ao final do período letivo e ser reprovado?

Se os estudantes dos cursos de licenciatura não tiverem oportunidade de refletir sobre os pressupostos teóricos que embasam tais procedimentos, não desenvolverão uma consciência crítica para atender o que lhes acontece enquanto alunos e contribuir para reverter esse quadro na universidade e, posteriormente, nas escolas (HOFFMANN:1998; p. 66).

A importância deste estudo está justamente, conforme as palavras de Hoffmann, em se voltar principalmente para os cursos das licenciaturas e trabalhar cuidadosamente com os alunos, os pressupostos teóricos, que norteiam as concepções atuais de educação e da avaliação do processo de ensino aprendizagem.

O professor deve levar em consideração que, ao avaliar o seu aluno, também está sendo avaliado, *pois, um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo do termo, instala sua docência em modelos absolutos, pré moldados e terminais*. O desempenho do seu aluno vai depender do desempenho do professor ao apresentar o seu programa de ensino. Se o professor concebe que seu conteúdo é dogmático, e que o aluno deve receber a informação passivamente, ele fundamenta o seu processo de avaliação na memorização. Uma vez armazenado, ou seja, gravado o que foi dito, basta apertar na tecla de *play* (aplicar o teste) que o seu gravador, o aluno, se gravou bem, terá nota dez, e se não gravou, terá zero (HOFFMANN:1991; p. 17).

Mas, concebendo o aluno como ser humano, criativo e inteligente, ser em desenvolvimento, a concepção de avaliação evoluirá e a sua prática tomará outro rumo que não seja somente classificatória, mas que, sendo também somatória, será diagnóstica e, sobretudo, formativa e justa.

Para tanto, o professor não precisa mudar as suas técnicas e procedimentos de trabalhos pedagógicos; precisa, sim, ver o aluno como um ser capaz de estabelecer relação cognitiva e afetiva com o meio, em ação interativa, capaz de uma transformação libertadora, facilitando uma convivência harmoniosa com a realidade pessoal e social (57: p. 26). Santana considera que: *A avaliação só será eficiente e eficaz se ocorre de forma interativa entre professor e aluno, ambos caminhando na mesma direção, em busca dos mesmos objetivos* (57: p. 27).

Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem na Perspectiva Hermenêutica

Ao discorrer sobre a avaliação do ensino-aprendizagem, faz-se necessário destacar duas ações, correspondentes ao mesmo tempo a dois sujeitos; um se refere ao professor, a quem compete o papel de ensinar, e o outro ao aluno, que tem como mister o ofício aprender.

Como foi tratado, quanto à avaliação do ensino-aprendizagem na prática das escolas do ensino fundamental, médio e superior, praticamente, somente o aluno é avaliado. Mas, o professor também é avaliado, quando se tem, como critério principal, o controle da sala de aula, caracterizado pela disciplina. Geralmente, esse controle requer do professor uma postura autoritária, para poder manter os alunos *disciplinados*, quer dizer, alunos passivos, porém, não participativos, exigência principal das direções escolares. É importante não confundir disciplina em termos de comportamento, com a avaliação da aprendizagem

Neste sentido, o professor está sendo coagido a impedir a realização do processo de ensino-aprendizagem-avaliativo qualitativo. Nesse aspecto, Demo concebe **a participação como critério essencial da avaliação**, pois ter(ser) qualidade é participar (DEMO: p.23).

É conveniente analisar os termos ensinar e aprendizagem. O vocábulo **ensinar** vem do latim *insignare* (por *insinire*) = colocar um sinal, assinalar. Aprendizagem < **aprendizagem** = **assimilar mentalmente**, captar o sentido ou conceber a idéia. Sendo assim, ao professor compete apresentar ao aluno o sinal (idéia, novo conhecimento), e a este, por sua vez, resta apreender, ou seja, assimilá-lo mentalmente, gerando idéias. Ao gerar idéias, o aluno precisa representá-las e isso se dá pela produção de signos. O indivíduo cognoscente, aquele que conhece, está constantemente produzindo conhecimentos e, conseqüentemente, novos sinais, mesmo que não sejam expressos naquele momento, mas que, talvez, noutra oportunidade, surja em forma de *insight*.

A produção de conhecimento, portanto, é contínua e a sua assimilação, também. Uma vez que o indivíduo concebe um novo conhecimento, este precisa ser apreendido, ou seja, precisa ser assimilado para poder tornar-se útil à coletividade. E um novo conhecimento só é apreendido quando esse tem elementos que proporcionam a geração de conhecimentos.

Com efeito, entra o processo de avaliar que pode ser entendido como a valorização do novo conhecimento produzido. Ou pode-se dizer melhor com as palavras de Perrenoud que (...) *a avaliação não é, em princípio, um objetivo em si, mas um meio de verificar se os alunos adquiriram os conhecimentos visados* (Perrenoud: p. 71).

Mas, antes de se avaliar, faz-se necessário que o conhecimento seja registrado, percebido para depois passar a ser analisado nas suas relações com os conhecimentos anteriores, e os posteriores, possivelmente. Ao criar-se o conhecimento, cria-se outro sinal. E cada sinal precisa ser interpretado, necessita ter o seu sentido entendido, pois, para poder processar uma avaliação, precisa-se desvelar os significados dos seus respectivos signos. Há várias maneiras de se interpretar e compreender um determinado fenômeno. Tratando-se do homem e das suas produções culturais, como a própria humanização, nada melhor do que usar o método adequado, qual seja, o método hermenêutico. Conforme Hoffmann, *Na medida em que a ação avaliativa exerce uma função dialógica e interativa, ela promove os seres moral e intelectualmente, tornando-os críticos e participativos, inseridos no seu contexto social e político* (Hoffmann: p. 1,23).

A avaliação é vista sobre vários aspectos em diversas modalidades, e pode se estabelecer uma relação com a hermenêutica filosófica de Gadamer, que trata da interpretação

e compreensão dos sentidos O processo hermenêutico pode ser aplicado na avaliação do ensino e da aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, do próprio professor.

Abordando justamente o princípio de interpretação das respostas dos alunos às tarefas de aprendizagem, tal teoria traz em si a denúncia do significado equivocado dos números na expressão de resultados e a importância de definição de pontos referenciais para a interpretação séria das dificuldades individuais dos alunos (Hoffmann: p. 24).

Para que o aluno possa ser avaliado no processo de ensino aprendizagem, precisa que seja conhecido pelo seu avaliador. Esse conhecimento se dá pelo diálogo; dá-se pela descoberta dos sentidos, pelo vislumbrar dos horizontes. O professor precisa também está a par dos sonhos de cada um dos alunos e com eles analisar se estão trabalhando para que tal sonho aconteça. Antes de fazer um julgamento sobre o que se percebeu do seu aluno quanto à capacidade de produção de conhecimento, faz-se necessário que se interpretem os seus sentidos. A interpretação compreensiva do comportamento do aluno deve ser uma constante ação do professor ao estar inserido no processo de ensino-aprendizagem. Essa nova maneira de se avaliar, conseqüentemente, (...) *exige do educador uma concepção de criança, de jovem e adulto, como sujeitos do seu próprio desenvolvimento, inseridos no contexto de sua realidade social e política* (Hoffmann: p. 20). (...) *A tarefa do avaliador teria, principalmente, um caráter venatório, não na intenção de obter a caça mas no sentido de constituir-se em permanente exercício de interpretação de sinais, de indício* (MACHADO: p. 62).

O professor, sobretudo o de Matemática, precisa conhecer esse processo e partir com uma proposta pedagógica, talvez não a mais eficiente mas a mais humana. A participação é o principal critério para se avaliar qualitativamente. E, sendo humana, é mais real, verdadeira e necessária. Segundo Perrenoud:

(...) De certo modo, poder-se-ia dizer que o principal instrumento de toda avaliação formativa é, e continuará sendo, o professor comprometido em uma interação com o aluno. Mesmo um modelo prescritivo de regulação deveria levar isso em conta. É o que ocorre quando se reabilita a intuição (Allal,1983) ou quando se legitima a subjetividade (Weis, 1996) (Perrenoud: p. 81).

Talvez, conforme Rubem Alves, (in Demo, 1967:81) fosse melhor para o professor educador (...) ***ao invés de avaliar suas aulas em termos de rendimento escolar, se perguntar, ao final delas, se seus alunos conseguiram viver mais felizes, se o conhecimento aprendido lhes trouxe alguma nova alegria de viver, se eles sentiram sabor em saber mais.***

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BARRETO, J A E. *Mitos e Armadilhas*. ENSAIO, dezembro, 1993,45,Cesgranrio.
- BARRETO, J.A. E. & MOREIRA, R. V. O. *O problema da indução: O cisne negro existe*. Fortaleza: Edição dos Autores, 1993.
- DEMO, P. Avaliação qualitativa – São Paulo: Cortez: Autores Associados,1987. (Coleção polêmicas do nosso tempo;25)
- GARDNER, H.Estruturas da Mente: a teoria das Inteligências Múltiplas / trad. Sandra Costa – Porto Alegre: Artes médicas sul,1994.
- _____, *Inteligências múltiplas: a teoria na prática* / trad. Mariana Adriana Veríssimo Veronese. – Porto Alegre: artes Médicas, 1995.

- HABERMAS, J.** Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos – rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990. (Biblioteca Tempo Universitário; nº 90. Série Estudos Alemães).
- HOFFMANN, J M L.** Avaliação Mito e Desafio; uma perspectiva construtivista em avaliação, Porto Alegre – MEDIAÇÃO, 1991.
- _____, Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola universidade, Porto Alegre, Educação e Realidade, 1993.
- _____, Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação / - Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LÜDKE, M & SALLES, M.M. de Q.P.** [et al] Universidade Futuante: produção do ensino e inovação/ Denise Leite, Marília Morosini (orgs.) – Campinas – SP: Papirus:1997 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Texto de Maria Izabel da Cunha (79-94).
- MAGER, R. F.** Atitudes favoráveis ao ensino; tradução de José Darcy C. Rodrigues [et al] Porto Alegre, Globo, 1976.
- MACHADO, N J.** Matemática e Realidade: análises dos pressupostos filosóficos que fundamentaram o ensino da matemática – 2ª ed - São Paulo: Cortez: Autores Associados – 1989
- _____, Matemática e Língua Materna: análise de uma impregnação mútua – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990. – (coleção Educação Contemporânea; 59).
- _____, Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente / Coordenação editorial Danilo A. Q. Morales – São Paulo: Cortez, 1995.
- _____, Metodologia do ensino de matemática – SP: Cortez, 1991 – (Col. Mag. 2º grau. Série formação do professor).
- McDONALD, B. C.** Tese: Um novo tipo de avaliação para obviar ao fracasso escolar, Departamento de Fundamentos da Educação, Fortaleza, 1987.
- PERRENOUD, P.** Avaliação de excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas, trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre : Artes Médicas, 1999.
- SANT’ANNA, I. M.** Por que avaliar? : como avaliar? : critérios e instrumentos – Petrópolis, RJ : Vozes, 4º Ed., 1999.
- SAVIANI, D.** Pedagogia Histórico-crítica primeiras aproximações, 2 ed. – São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991 – (Coleção polêmica do nosso tempo, v. 40).
- STOPASSOLI, M. A. (et al).** *Avaliação da aprendizagem escolar: algumas reflexões.* Blumenau. Ed. da FURB, 1997.
- TYLER, R W.** *Basic principles of curriculum and instruction. Chicago: the University of Chicago, 1949. (Tradução de Leonel Vallandro, - 7º ed. – Porto Alegre – Globo, 1981).*
- TURRA, C. M. G. & [et al].** Planejamento de ensino e avaliação, 11 ed. Porto Alegre, Ed. Sagra, 1988.
- VIANNA, H. M.** Testes em Educação. São Paulo. IBRASA, Fundação Carlos Chagas, 1973.